

J. Freitas



Collor (D), que relatou a proposta na Comissão de Relações Exteriores, conversa com Sarney durante a votação no Plenário

## Acordo com Santa Sé vai ser promulgado

Relator afirma que tratado não impõe restrições ao ensino de outras religiões. Senadores observam que conteúdo do texto é apenas diplomático e não afeta o caráter laico do Estado brasileiro. **5**

## Verba para Forças Armadas pode ficar livre de cortes

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem proposta de emenda constitucional que proíbe, por dez anos, o contingenciamento de recursos orçamentários para reaparelhamento das Forças Armadas. A matéria terá de ser votada em dois turnos pelo Plenário do Senado. A proposta obriga o Orçamento da União a prever dotação suficiente para atender integralmente os cronogramas de desembolsos pactuados nos contratos de financiamentos externos, inclusive da contrapartida nacional. **7**

Arquivo do EB



Objetivo da proposta aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado é assegurar condições para o reaparelhamento das Forças Armadas

José Cruz



Demostenes Torres (esq., ao lado de José Agripino) preside reunião em que a CCJ aprova várias propostas

## Acolhido projeto que cria Banco do Centro-Oeste

O estímulo ao desenvolvimento regional, com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, é o objetivo do banco cuja criação foi aprovada ontem, terminativamente, pela Comissão de Constituição e Justiça. Senadores dos estados que compõem

a região aplaudiram o projeto, que deve seguir para a Câmara dos Deputados. A comissão acolheu também proposta que transforma a bacia do rio Araguaia, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará, em área de proteção ambiental. **7**

## Novo requerimento pede criação de CPI para investigar o MST

Kátia Abreu e Onyx Lorenzoni anunciam para terça-feira pedido de criação de comissão parlamentar mista de inquérito. **2**

## Parlasul realizará em Brasília a última sessão deste ano

Reunião do Parlamento do Mercosul está prevista para os dias 30 de novembro e 1º de dezembro, no Congresso. **4**

## Rendimento do FGTS não cobre inflação, afirma César Borges

Senador pede aprovação de projeto de sua autoria que visa corrigir defasagem na correção do Fundo de Garantia. **8**



**MACIEL RELATA PALESTRA DE FÁTIMA ANDRIGHI**

O senador Marco Maciel (DEM-PE) registrou palestra da ministra Fátima Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no 1º Seminário Goiano de Arbitragem.

Ela falou sobre o julgamento de homologação de sentença estrangeira, atribuição que passou do Supremo Tribunal Federal (STF) para o STJ após a reforma do Judiciário.

Maciel foi o autor do projeto que originou a Lei da Arbitragem (Lei 9.307/96), cujo anteprojeto contou com a colaboração da ministra e de outros especialistas.

**EFRAIM QUER EVITAR DERRUBADA DE IGREJAS**

Efraim Moraes (DEM-PB) apelou ontem para que o Tribunal de Justiça da Paraíba reveja decisões que determinam a derrubada de igrejas evangélicas e católicas construídas em áreas que, apesar de cedidas pela prefeitura de João Pessoa, deveriam ter outra destinação, segundo o Ministério Público.

– São leis aprovadas pelo Legislativo e sancionadas pelo Executivo há 20 anos. Isso cria insegurança jurídica – disse, ao realçar o papel de utilidade pública e promoção social das igrejas.

**AUGUSTO COMEMORA BIODIESEL DE INAJÁ**

Augusto Botelho (PT-RR) apontou ontem o “excelente potencial” do inajá, palmeira oleaginosa abundante em Roraima, para produção de biodiesel.

Segundo ele, pesquisa da Embrapa mostra que o inajá pode gerar 3,7 litros de biodiesel por hectare ao ano, índice considerado alto.

O óleo da amêndoa de inajá já pode ser utilizado na indústria alimentícia, de cosméticos e farmacêutica.

O senador anunciou a construção de uma usina de biodiesel em Mucajaí em parceria com a Petrobras.

**SARNEY DEFENDE REGIME DE PARTILHA**

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que o sistema de exploração compartilhada a ser adotado pela Petro-Sal para a exploração de reservas na camada pré-sal é comprovadamente o mais adequado, conforme revela a experiência mundial.

Sarney ressaltou que nenhum país que tem grandes jazidas abdica da extração em favor de empresas particulares ou se dispõe a explorá-las sozinho. O que funciona nesse tipo de exploração, observou ele, é a concessão de risco.

Após destruição de laranjal, parlamentares voltam a colher assinaturas para criar comissão mista com objetivo de investigar repasses públicos a movimento

**Novo requerimento pede criação de CPI do MST**

A SENADORA KÁTIA Abreu (DEM-TO) e o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) afirmaram que um novo requerimento de instalação de comissão parlamentar mista de inquérito para investigar o repasse de dinheiro público para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deverá ser protocolado na próxima terça-feira.

No Senado, disse Kátia Abreu, o número mínimo de assinaturas (27) já foi alcançado, mas, de acordo com Lorenzoni, até ontem à tarde 130 deputados assinaram o requerimento (são necessárias 171 assinaturas). “É só uma questão de localizar os deputados”, disse ele. Kátia Abreu afirmou que cresceu entre os deputados a disposição em colaborar



Gerardo Magalhães

Kátia Abreu diz que já alcançou número mínimo de assinaturas de senadores

com as investigações após a divulgação pela imprensa de cenas mostrando integrantes do movimento usando um trator para derrubar pés de laranja em fazenda da empresa Cutrale, no centro-oeste paulista.

– O MST está mostrando para o Brasil que não tem medo de nada: da lei, do Congresso, das instituições. Nada lhe cerca, nada lhe basta – disse a senadora.

Requerimento para criação de CPI mista de mesmo teor foi arquivado na última semana após a retirada das assinaturas por deputados. A comissão terá como objetivo investigar denúncias publicadas na imprensa sobre o financiamento público do MST, que usaria os recursos para invasões.



Gerardo Magalhães

Osmar Dias propõe emenda a MP sobre crédito para pequenas empresas

**Emenda de Osmar Dias dá garantia para agricultores**

Com o objetivo de autorizar a União a participar do capital de fundos a serem criados com o intuito de garantir financiamentos bancários tomados por agricultores e cooperativas para realizar investimentos, Osmar Dias (PDT-PR) apresentou emenda ao Projeto de Lei de Conversão 14/09, do qual é relator.

A proposta é oriunda da MP 464/09, que previa a criação de fundos para garantir apenas os empréstimos de micro, pequenas e médias empresas.

O PLV 14/09 é o primeiro projeto da pauta de votações do Senado e, como a MP original foi assinada há mais de 45 dias pelo presidente da República, a matéria tem prioridade de votação.



Moreira Magalhães

Jefferson Praia defende projeto de sua autoria e cita relatório do TCU

**Controle centralizado de informações sobre obras**

Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu projeto (PLS 439/09) de sua autoria que cria um sistema de controle centralizado de informações sobre obras custeadas com recursos públicos. Jefferson justificou a proposta apontando a desestruturação gerencial na execução de obras, o que faz com que a União desconheça quantas obras foram iniciadas, concluídas ou estão em andamento.

Ele citou o relatório do TCU que recomendou a paralisação de 41 obras por indícios de irregularidades. Também mencionou documento do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas que aponta a falta de uma cultura de planejamento das obras e demais inversões públicas em infraestrutura como a causa das paralisações ordenadas pelo TCU.



Moreira Magalhães

Casagrande diz que ausência de ferramenta não justifica que salários superem o teto

**Casagrande quer salários de servidores fiscalizados**

A falta de um sistema integrado de informações que permita a fiscalização dos salários pagos a todos os servidores públicos do país não deve impedir medidas de acompanhamento dessas remunerações, afirmou Renato Casagrande (PSB-ES).

O senador anunciou que apresentará uma série de medidas legislativas visando contribuir para aumentar a transparência desses dados, ao mesmo tempo em que se combatem as irregularidades de salários pagos acima do que é definido pelo teto constitucional.

Casagrande explicou que o sistema integrado está previsto na Lei Geral da Previdência, mas ainda não existe porque não foi regulamentado.



Gerardo Magalhães

Virgílio espera que encontro chegue às melhores conclusões sobre o Brasil

**Virgílio destaca cúpula sobre mudança climática**

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), comunicou ontem a realização, em Manaus, da Cúpula Amazônica de Governos Locais, que visa incluir a Amazônia nas negociações de mudanças climáticas. O evento, de 7 a 10 de outubro, é promovido pela Confederação Nacional dos Municípios e pela Associação Amazonense de Municípios. O senador disse esperar que a cúpula chegue às melhores conclusões sobre a Amazônia, o Brasil e o próprio futuro da Humanidade.

Virgílio lamentou o cancelamento de audiência na CDR que iria discutir com autoridades do governo a questão do contingenciamento dos recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

**Agenda**

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

**Plenário: três MPs trancam a pauta**

A sessão deliberativa tem início às 14h. Na hora do expediente será comemorado o fim da Guerra do Contestado. A pauta está trancada pelos PLVs 14/09 (MP 464/09), sobre exportações, e 15/09 (MP 465/09), relativo a subvenção econômica ao BNDES. A MP 467/09, que prorroga contratos vinculados a projetos de cooperação técnica, também obstrui as votações.

**Infraestrutura analisa projetos de saneamento**

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) examina, às 8h30, dois projetos na área de saneamento. O primeiro prevê que os planos de saneamento básico deverão incluir medidas para reduzir a velocidade de escoamento de águas pluviais e o segundo visa incentivar a economia no consumo de água. Outra proposta na pauta estabelece que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) divulgue relatórios periódicos dos postos de combustíveis fiscalizados, interditados e autuados, e daqueles sem fiscalização há mais de um ano.

**CRE avalia indicação para diretoria da Abin**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne, às 10h, para examinar a indicação de Wilson Roberto Trezza para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

**Comissão debate política energética**

Às 10h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública para discutir proposta que sugere regulamentação para a política energética nacional. Entre os convidados, estão o ministro da Educação, Fernando Haddad; o presidente da UNE, Augusto Chagas; e o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima.

**Funcionários do Senado vão doar sangue hoje**

A Secretaria de Recursos Humanos, por meio do Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional e em parceria com a Secretaria de Assistência Médica e Social, promove hoje a 7ª Campanha de Doação de Sangue do Senado Federal. Logo de manhã, uma unidade volante do Hemo-centro estará no estacionamento da Gráfica do Senado para receber os servidores que desejarem realizar a doação.



Senadores destacam oportunidade que o Rio terá; para Jereissati, governo vive no "mundo da fantasia" ao anunciar investimentos bilionários

## Jereissati contesta promessas de US\$ 162 bi para investimentos

Baseado no levantamento da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) que posiciona o Brasil em 75º lugar no índice de desenvolvimento humano (IDH), o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) contestou ontem os valores que os governos federal e estadual do Rio de Janeiro têm prometido investir em três eventos: a Copa do Mundo em 2014, as Olimpíadas em 2016 e a capitalização da Petrobras para explorar o petróleo na camada pré-sal.

Jereissati lembrou que o governador do Rio, Sérgio Cabral, tem dito que serão destinados US\$ 50 bilhões para as Olimpíadas e que o governo federal já prometeu US\$ 12 bilhões para a Copa do Mundo e mais US\$ 100 bilhões para a exploração do petróleo do pré-sal, totalizando US\$ 162 bilhões.

– Isso é o mundo da fantasia. Evidentemente que esses números não são reais – disse.

Para ele, não se pode acreditar que o governo Lula, que em sete anos investiu US\$ 65 bilhões e apresenta este ano taxa de investimento decrescente, vai investir US\$ 162 bilhões somente nesses três eventos.

– E até aí não tem um tostão para educação ou saúde. Isso significa que vamos investir muito mais do que podemos, aumentar a dívida pública e continuar em 75º lugar em desenvolvimento humano – afirmou.

Jereissati observou que a euforia que o país parece estar vivenciando com a superação da crise financeira internacional, a



Jereissati: tanto dinheiro para pré-sal, Olimpíadas e Copa, só na "fantasia"

Copa do Mundo e as Olimpíadas esconde um enorme problema social com a completa falta de prioridade para os investimentos necessários nas áreas de educação, saúde e saneamento básico. Ele lembrou que o IDH foi criado para fugir da análise baseada apenas no produto interno bruto (PIB) de um país, sem levar em conta a qualidade de vida da população, e que o Brasil está estacionado há anos no 75º lugar.

– Estamos passando para o Primeiro Mundo em determinados índices econômicos, mas oscilando entre país emergente e país subdesenvolvido nos índices sociais – assinalou.

Jereissati disse que a consequência natural desse quadro é o aumento da concentração de renda. Segundo ele, nenhum país do mundo conseguiu superar dificuldades priorizando investimentos em áreas que não tenham repercussão imediata do ponto de vista social.

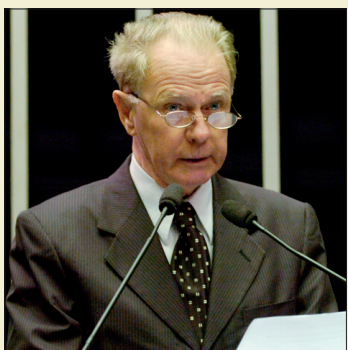
O senador foi apoiado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

## Camata: brasileiro presidirá união de profissões liberais

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) comunicou que o atual presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), Francisco Antonio Feijó, deverá ser eleito, ainda neste mês, presidente da União Mundial das Profissões Liberais (UMPL), que tem sede em Paris, na França. Camata destacou que o fato é motivo de orgulho para ele e para o país, já que será a primeira vez que um sindicalista brasileiro vai assumir a presidência de uma entidade dessa natureza, com abrangência mundial.

Segundo o parlamentar, a entidade sindical internacional tem representatividade em praticamente todas as grandes organizações internacionais que "lutam pelos direitos humanos nas sociedades modernas", tais como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT), União Europeia, Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Camata lembrou também que a entidade nacional existe há mais de 55 anos no Brasil e



Senador destaca cargo inédito em órgão internacional sediado em Paris

agrega mais de 10 milhões de profissionais, englobando mais de 600 sindicatos profissionais. A CNPL, afirmou, foi criada para suprir uma lacuna: o profissional liberal não ser tratado como trabalhador nem como empresário.

O senador informou que a União Mundial dos Profissionais Liberais atualmente é presidida por Anne-Marie Sigmund, eleita em 2007, a quem o senador endereçou pêsames.

– Quero apresentar-lhe minhas condolências e solidariedade neste momento de dor, pela perda irreparável que sofreu no último sábado, em que faleceu seu marido, em Paris – disse o senador.

# Sarney: Olimpíadas devem criar chance para os jovens

EM DISCURSO NO Plenário, o presidente do Senado, José Sarney, comemorou a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas e das Paraolimpíadas de 2016. Ele assinalou que o Brasil deve aproveitar essa oportunidade inédita para a capacitação de jovens e a criação de empregos para essa faixa da população. Na avaliação de Sarney, os preparativos podem ser uma grande oportunidade para a juventude brasileira.

– Eu quero fazer essa sugestão: que não só as Olimpíadas, como também a Copa de 2014, possam dar prioridade aos jovens nos empregos que vão se abrir. Esse primeiro emprego é muito importante e decisivo. Devemos criar, cada vez mais, programas para que o primeiro emprego seja incentivado.

Sarney sugeriu que, no período que antecede a realização desses dois eventos, o governo procure estabelecer mecanismos que deem oportunidade de trabalho aos jovens. Ele manifestou a sua expectativa de que o governo aproveite esses sete anos de forma que eles sejam "sete anos de vacas gordas para



Fotos: Genildo Magela

Sarney diz que "primeiro emprego é muito importante e decisivo"

os jovens".

O senador também congratulou o presidente Lula pela conquista inédita para o Brasil e disse que o evento dará mais visibilidade ao país.

Sarney ressaltou a importância da escolha do Rio de Janeiro, já que esta será a primeira vez que um país sul-americano irá sediar as Olimpíadas. Para o senador, a escolha indica, ainda, que o Brasil atingiu um patamar internacional que o qualifica a "arcar com todas as responsabilidades de um evento dessa grandeza".

– A escolha do Rio foi resultado de um trabalho de todos os nossos desportistas, de todos

## Marisa acredita que Rio deverá avançar se não repetir erros

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) parabenizou a população do Rio de Janeiro pela conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Ela disse que a cidade, "o cartão postal do Brasil", deve aproveitar a oportunidade para promover avanços nas áreas de transporte público, segurança, educação, turismo, hotelaria e meio ambiente.

– Quero cumprimentar o Rio de Janeiro, até porque aquela cidade saberá fazer uma belíssima olimpíada, pois também faz dois grandes eventos conhecidos mundialmente: o carnaval e o réveillon – afirmou.

Uma das prioridades, na opinião de Marisa Serrano, deve

ser o aperfeiçoamento do transporte público no Rio de Janeiro. Além disso, acrescentou, será necessário aumentar significativamente a capacidade hoteleira da cidade e promover a despoluição da baía de Guanabara. Ela apontou ainda como prioridade o oferecimento do ensino de inglês e espanhol no ensino público.

– Em sete anos, acredito que o Rio pode fazer uma revolução também na educação.

Entretanto, a senadora advertiu que o país precisa tomar cuidado para que a organização das Olimpíadas não seja prejudicada pela burocracia, pela falta de planejamento ou pela corrupção.

que se envolveram para que o Brasil alcançasse essa conquista. Também não podemos obscurecer o trabalho do presidente Lula, seu empenho e o prestígio que ele desfruta em nível internacional, que sem dúvida pesou para a escolha do Brasil – disse.

O senador também destacou as belezas naturais e arquitetônicas do Rio de Janeiro, além da hospitalidade da população local e da tradição cultural da cidade. Para ele, o advento das Olimpíadas ajudará o Rio de Janeiro a superar inúmeros problemas sociais.

Em apartes, Epitácio Cafeteira (PTB-MA), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também comemoraram a escolha do Rio de Janeiro. Cafeteira acrescentou que o Brasil pode comemorar também o fato de ser agora credor do FMI. Osvaldo Sobrinho afirmou que a alegria pela conquista é não só do Brasil, mas de toda a América Latina. Azeredo elogiou o discurso de Sarney e disse que muitos postos de trabalho serão gerados nos próximos anos em virtude da escolha do Rio para sediar os jogos.



Marisa: Rio já faz o carnaval e o réveillon, conhecidos mundialmente

– Não podemos cometer os mesmos erros que cometemos nos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro: planejamento deficiente e rombo no orçamento – disse Marisa, sugerindo que os gastos relativos às Olimpíadas de 2016 sejam publicados na internet, para que a sociedade possa fiscalizar a aplicação dos recursos.

## Crivella homenageia Nuzman por conquistas

Marcelo Crivella (PRB-RJ) homenageou ontem o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, pela escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos.

Crivella destacou a importante contribuição dada por Nuzman para a "vitória espetacular da cidade maravilhosa", ao visitar vários países com o objetivo de demonstrar aos membros do comitê eleitoral a viabilidade de realização do evento esportivo internacional no Rio.

– Não negou nossas deficiências, não fez falsas promessas, não se utilizou da desfaçatez, do misticismo e do discurso fácil da demagogia. Com seu gênio político, vislumbrou no meio



Crivella (foto) lembra que Nuzman "não fez falsas promessas"

de nosso deserto de carências uma terra prometida que se podia erguer no horizonte da esperança – disse.

Crivella relembrou ainda o esforço de Nuzman, como presidente da Confederação Brasileira de Voleibol, no desenvolvi-

mento da modalidade esportiva no país, lançando as bases de uma geração de craques como Bernard, Renan, Montanaro, Xandó, Fernandão, Bernardinho, entre outros.

Outra conquista importante para o país atribuída a Nuzman por Crivella foi a realização no Rio dos Jogos Pan-Americanos em 2007. Segundo o senador, "da cerimônia de abertura ao apito final, tudo se realizou de maneira impecável" no evento graças, sobretudo, ao trabalho do presidente do COB.

Em apartes, Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Wellington Salgado (PMDB-MG), João Pedro (PT-AM) e Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) apoiaram Crivella.





Mozarildo cita matéria da revista *Veja* relativa a brasileiro em poder das Farc

## Mozarildo pede informação sobre suposto sequestro

O senador Mozarildo Calvanti (PTB-RR) anunciou a apresentação de requerimento à Mesa do Senado e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para que cobrem do governo federal informações sobre o suposto sequestro de um empresário brasileiro pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Mozarildo informou que a revista *Veja* publicou reportagem sobre o assunto em sua última edição.

De acordo com a publicação, disse Mozarildo, o empresário Vicente Aguiar Vieira estaria em poder das Farc há dois meses e teria sido sequestrado na localidade de Ciudad Bolívar, na Venezuela. A revista afirma ainda, segundo o senador, que membros das Farc teriam telefonado para a esposa do empresário pedindo resgate em dinheiro para libertá-lo.

Mozarildo disse esperar que o Senado cobre explicações dos ministros da Justiça, Tarso Genro, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre o caso. De acordo com o senador, o ministro Celso Amorim já afirmou que não existe confirmação de tal sequestro.

## Suplicy falará com o governo sobre a denúncia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) foi designado ontem interlocutor da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) junto ao governo para levantar informações sobre as providências para a libertação do brasileiro Vicente Aguiar Vieira, que teria sido sequestrado pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em território venezuelano. A indicação foi feita pelo presidente da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO), durante a reunião semanal do colegiado.

Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que o brasileiro foi sequestrado há dois meses pelas Farc, que ele classificou como "organização criminosa de narcotraficantes". O senador disse que o governo ainda não se pronunciou sobre o fato e propôs que a CCJ pedisse explicações.

Suplicy manifestou-se disposto a buscar o diálogo com o ministro da Justiça, Tarso Genro. Mas o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), chegando mais tarde à CCJ, informou que já estão sendo adotadas medidas em relação ao caso.

Regimento da instituição permite sessões plenárias fora da sede, em Montevidéu. Intenção é que reunião no Brasil sirva para despertar interesse da mídia nacional para o Parlamento regional e permita interação entre congressistas dos países do bloco

# Parlamento do Mercosul fará última sessão do ano em Brasília

O PARLAMENTO DO Mercosul realizará sessão plenária nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, no Congresso Nacional, em Brasília, conforme requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovado ontem pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. A sessão será organizada pela própria representação.

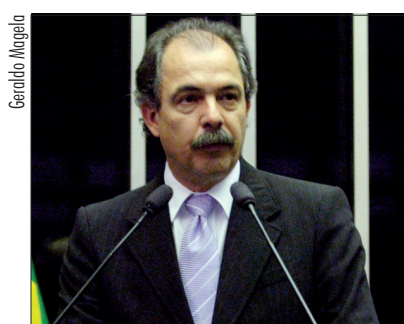
No requerimento, Mercadante registra que o Regimento Interno do Parlasul admite sessões plenárias fora da sede do órgão (que fica em Montevidéu) e lembra que o Parlamento do Mercosul, modificando o calendário das sessões ordinárias de 2009, determinou a realização da última sessão do ano

no Brasil.

"Trata-se, a nosso ver, de uma iniciativa de grande importância, pois o Parlamento do Mercosul, ainda em fase de afirmação, necessita ter maior visibilidade em nosso país. Com toda certeza, essa sessão plenária do Parlamento do Mercosul em Brasília possibilitará um maior contato da mídia nacional e dos parlamentares brasileiros com as atividades dessa relevante instituição democrática regional", afirma Mercadante.

## Seminários

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul também aprovou dois requerimentos



Proposta de realizar sessão do Parlasul em Brasília partiu de Aloizio Mercadante

apresentados por seu presidente, o deputado José Paulo Tóffano (PV-SP), para a realização de seminários – um sobre desenvolvimento regional sustentável no âmbito do bloco, em novembro próximo, em

São Paulo, e outro sobre política aduaneira brasileira no contexto do Mercosul, também em São Paulo, ainda em 2009.

Tóffano sustenta que o primeiro seminário destina-se a subsidiar e complementar o trabalho do Subgrupo de Trabalho nº 6 – Meio ambiente, que é o foro técnico negociador responsável pelo tema no Grupo do Mercado Comum. Já o segundo seminário, diz ele, contribuirá para o aprofundamento das discussões sobre a harmonização das políticas aduaneiras dos países membros e, conseqüentemente, para a apresentação de diretrizes com o objetivo de definir uma política comum.



Marisa Serrano em pronunciamento durante reunião em que a Representação Brasileira posicionou-se a favor de instituição com cursos voltados aos interesses dos países do Mercosul

## Representação aprova criação de universidade voltada à América Latina

A criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) na cidade de Foz do Iguaçu (PR), proposta pelo Executivo, recebeu ontem parecer favorável da Representação Brasileira no Parlasul. De acordo com o projeto aprovado (PLC 186/09), a Unila terá a finalidade de ministrar ensino, desenvolver pesquisa e promover a extensão universitária. Os cursos serão oferecidos preferencialmente em áreas de interesse mútuo dos países do Mercosul. A universidade será bilíngue (português/espanhol).

Na exposição de motivos, o governo afirma que a Unila cumpre o objetivo de expansão e interiorização da rede de ensino superior, aproximando a universidade da população, e insere-se no processo de integração com os países membros e associados do bloco.

No voto favorável à matéria, o relator, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), afirma que a criação da Unila "é um empreendimento histórico e representa passo fundamental para a construção de uma mentalidade de integração regional, fundamentada nos valores mais relevantes para o século que vivemos: a valo-

rização da diversidade, o combate à discriminação, a cultura da paz, a tolerância e a solidariedade".

Dr. Rosinha acrescenta que a Unila não tem relevância apenas educacional, política e social, mas tem também grande importância para a construção da chamada "sociedade do conhecimento", base das economias competitivas do futuro.

No debate sobre o projeto, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) manifestou sua convicção de que a integração se dá realmente por meio da educação e cultura. Ela disse, no entanto, que o ideal seria que os recursos para a Unila viessem de todos os países do bloco, e não apenas do Brasil. O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) declarou que vê a iniciativa de criação da universidade como "algo grandioso por parte do Brasil" e o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que, sem o Parlamento do Mercosul, onde acontecem importantes debates, uma iniciativa desse tipo não teria acontecido.

A matéria ainda será submetida às comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de

Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado.

## Tráfico

A Representação Brasileira aprovou também mensagem do Executivo que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em Belo Horizonte, em dezembro de 2004.

A assinatura desse acordo, segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, reflete o interesse dos países que compõem o Mercosul e dos países associados em prevenir e combater o tráfico ilícito de migrantes e em promover a cooperação e o intercâmbio de informação com esse fim.

Com a aprovação da mensagem, será elaborado um projeto de decreto legislativo a ser analisado ainda pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, simultaneamente, antes de ir a Plenário. Depois disso, o projeto aprovando o acordo será votado no Senado.

## Uso de bases colombianas por EUA não preocupa

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul rejeitou ontem requerimentos do deputado Dr. Rosinha e do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que pretendiam aprovar uma manifestação de preocupação com o uso de bases colombianas pelos Estados Unidos.

Entre os que expressaram sua discordância com os requerimentos, estava o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), para quem o assunto já está pacificado. Mesquita Júnior entende que, agora, é preciso propor ao Parlamento do Mercosul a aprovação de medida estabelecendo que qualquer acordo de natureza semelhante ao firmado entre os Estados Unidos e a Colômbia só possa ser efetivado se houver a anuência dos órgãos regionais que atuam na América Latina.



Gerardo Mangela



Collor relaciona principais pontos de acordo com o Vaticano e garante que a proposição não impõe restrição ao ensino de diferentes religiões nas escolas

## PESAR

## Homenagem a professor potiguar

Os senadores do Rio Grande do Norte – Garibaldi Alves (PMDB), José Agripino (DEM) e Rosalba Ciarlini (DEM) – apresentaram voto de pesar pelo falecimento do professor potiguar João Batista Cascardo Rodrigues, no dia 3. Conforme o requerimento, o professor, nascido em Mossoró, teve destaque na vida intelectual do Rio Grande do Norte. E foi diretor, em Brasília, da então Funcep, hoje Escola Nacional de Administração Pública.

## ENSINO MÉDIO



## Suplicy elogia solução para o caso Enem

Ao considerar desastroso o roubo das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a solução encontrada pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, de remarcar a avaliação para 5 e 6 de dezembro. O senador observou que a tentativa de fraude prejudicou 4 milhões de estudantes que fariam os exames para concluir o curso secundário e tentar ingressar no ensino superior. Suplicy também parabenizou a forma como a oposição se comportou no episódio.

## SERVIDORES

## Adiada decisão sobre divulgação de salário

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu vista de proposta que obriga o Senado a divulgar, por meio do *Diário do Senado Federal* e do Portal da Transparência da Casa, relação com os nomes dos servidores com os respectivos cargos. O projeto voltará à pauta da Comissão de Justiça na próxima semana. Pelo projeto (PRS 24/09), de Eduardo Suplicy (PT-SP), também terá de ser divulgada a remuneração relativa aos cargos existentes, sem a identificação do salário individual.

## SAÚDE

## Valter Pereira: falta qualidade em hospitais

Ao comentar casos de atendimento precário a pacientes em estado grave em grandes hospitais, Valter Pereira (PMDB-MS) alertou para a existência de uma crise não apenas estrutural no setor de saúde. Em sua avaliação, o setor padece, sobretudo, da falta de quadros humanos compromissados com a qualidade do atendimento. O senador lamentou a morte por enfarte de um professor universitário em hospital do interior do seu estado devido ao atraso na prestação de socorro.

# Acordo com Santa Sé passa no Plenário e vai à promulgação

Relator da proposição na Comissão de Relações Exteriores, Collor afirma que texto é um entendimento entre duas nações e não prejudica o funcionamento de denominações religiosas não católicas no país: “ao contrário, obriga o Estado a proteger todas”

O PLENÁRIO APROVOU acordo entre o Brasil e a Santa Sé que trata do estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado em novembro de 2008 na cidade do Vaticano. Aprovada em votação simbólica, a proposta vai à promulgação.

A matéria (Projeto de Decreto Legislativo 716/09) recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na qual foi relatada por Fernando Collor (PTB-AL). O senador relacionou ontem em Plenário os principais pontos do acordo. Collor assinalou que o documento “reafirma a personalidade jurídica da Igreja Católica e de suas instituições”, citando a conferência episcopal, as dioceses, as paróquias e os institutos religiosos; “reconhece às instituições assistenciais religiosas igual tratamento tributário e previdenciário fruído por entidades civis congêneres”; “estabelece colaboração da Igreja com o Estado na tutela do patrimônio cultural do país”; “reafirma o compromisso da Igreja com a assistência religiosa

a pessoas que a requeiram, no âmbito familiar, em hospitais ou presídios”; “confirma a atribuição de efeitos civis ao casamento religioso”, entre outros temas.

Collor enfatizou que o acordo não pretende embaraçar ou prejudicar o funcionamento de qualquer outra denominação religiosa no país. Também afirmou que o acordo não impõe restrição ao ensino de outras religiões, mas, pelo contrário, cria a obrigação de o Estado proteger as demais religiões, “assegurando a todas o mesmo direito de acesso aos fiéis em fase escolar”.

O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), salientou que o acordo foi assinado entre duas nações e, por isso, foi votado na comissão. Lembrou que há outro projeto, que trata da liberdade de culto, liberdade de ensino religioso e de isenção tributária para instituições religiosas, que está sendo votado na Comissão de Educação.

O líder do DEM, José Agripino (RN), lembrou que o acordo gerou

uma polêmica como se fosse um acordo religioso, quando, na verdade, se trata de um entendimento entre estados e lembrou que vários países, a exemplo do Brasil, têm embaixada no Vaticano.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que o acordo respeita integralmente a Constituição, a qual veda à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), afirmou que a proposta “em nada agride o caráter republicano e laico do Estado brasileiro”.

Tião Viana (PT-AC) afirmou que a aprovação da matéria é mais um passo para delimitar as fronteiras entre as religiões brasileiras e o Estado e “significa uma abertura de oportunidade para as demais

igrejas evangélicas também acorrerem nos seus interesses para estabelecer o amadurecimento das relações que digam exatamente os horizontes legais que têm que ser tratados nas questões de Estado”.

## Diplomacia

Marco Maciel (DEM-PE) citou trecho lido pelo relator segundo o qual a Santa Sé se relaciona diplomaticamente com mais de 170 países, quase a totalidade de países com representação na Organização das Nações Unidas (ONU), que, de acordo com ele, é 182.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse compreender “as manifestações dos representantes das demais religiões no Brasil, que querem que direito semelhante seja assegurado a todas as denominações, a todos os credos”. Neuto de Conto (PMDB-SC) parabenizou o relator pela condução da matéria e Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou que a proposta assegura a liberdade religiosa e dá um tratamento equitativo a todas as religiões.

## Cooperação econômica amplia laços com República Tcheca

O Plenário aprovou ontem o acordo firmado entre o Brasil e a República Tcheca sobre cooperação econômica e industrial (PDS 723/09).

Celebrado em Praga em 12 de abril de 2008, o texto tem o objetivo de expandir e diversificar a cooperação econômica e o fluxo de investimentos entre os países.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, serão beneficiadas áreas como energia, desenvolvimento agroindustrial e florestal; indústria automobilística, aeroespacial e bens de capital; informática; tecnologias de proteção ambiental; sistemas de transporte; padrões técnicos, certificação e metrologia; entre outras.

Relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde o projeto foi aprova-

do horas antes de ir ao Plenário, Renato Casagrande (PSB-ES) salientou que a cooperação ocorrerá de várias formas, desde a troca de informações até a organização de feiras e exposições internacionais.

Segundo Casagrande, será criada uma comissão mista bilateral para desempenhar as atividades de consultoria, troca de informações sobre o desenvolvimento econômico, identificação das áreas prioritárias, promoção da cooperação entre empresas e solução de controvérsias.

Casagrande salientou que esse texto é mais amplo e profundo do que o acordo em vigor desde 1995 por “fornecer instrumentos que favoreçam a transformação de suas respectivas estruturas econômicas a fim de que se atinja novo nível de capacidade produtiva”.

## Alemanha ajuda a preservar Amazônia e combater Aids

Acordo de cooperação financeira com a Alemanha para a preservação da Amazônia e para o combate à Aids foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 786/09, que fora aprovado pela manhã na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), vai agora à promulgação.

O acordo estabelece que a Alemanha poderá contribuir com até 40 milhões de euros a fundo perdido para projetos brasileiros destinados à preservação da Amazônia e ao combate à Aids.

Pela proposta, o projeto Manejo Florestal Sustentável da Amazônia será contemplado com 15 milhões de euros. Outros 10 milhões de euros serão destinados ao Fundo para Áreas Protegidas da Amazônia. O programa de combate à Aids receberá até 5 milhões de euros, enquanto 10 milhões de

euros irão para o programa Arpa II, também relativo a áreas protegidas da Amazônia.

## Outros acordos

A CRE acolheu outros projetos de decreto legislativo. O PDS 397/09 aprova o acordo de serviços aéreos entre o Brasil e o Panamá.

O PDS 531/09 trata de novo acordo firmado com os Estados Unidos para regulamentar os programas de intercâmbio cultural entre os dois países.

O PDS 480/09 aprova emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamentos Marítimos.

O PDS 657/09 aprova acordo celebrado com o Paquistão para o combate ao tráfico de drogas.

O PDS 508/09 trata de acordo firmado com a Nicarágua sobre o exercício remunerado de atividades por parte de dependentes de pessoal diplomático.



**SARNEY RECEBE INDICADO PARA DIRETORIA DA ABIN**

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, Jorge Felix, e o indicado para a diretoria-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Trezza, fizeram ontem uma visita ao presidente José Sarney. Trezza será sabatinado hoje, às 10h, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



Sarney (D) conversa com o ministro Jorge Felix sobre a indicação de Trezza (E)

**FRANQUEADOS DA ECT PEDEM APOIO A SARNEY**

Dirigentes da Associação Brasileira de Franquias Postais estiveram ontem com o presidente José Sarney para manifestar sua preocupação com o valor das comissões oferecidas ao setor no último edital de licitação apresentado pelos Correios. Ademir Lopes, de Minas Gerais, disse que a redução dos valores vai tornar inviável a franquia postal no país.

**GARIMPEIROS DO AMAPÁ QUEREM SEGURANÇA**

Acompanhados do diretor-geral do DNPM, Miguel Cedraz, políticos do Amapá pediram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, que interceda para que a mineradora Novo Astro, do empresário Eike Batista, repasse à Cooperativa dos Garimpeiros de Lourenço, em Calçoene, acervo técnico que consideram valioso para a segurança dos cooperativados.

**Brasil avança no domínio da tecnologia nuclear, diz Tuma**

Senador afirma que país entra na fase que permitirá a edificação de usinas nucleares e o abastecimento do submarino que a Marinha vai construir no Rio de Janeiro

ROME U TUMA (PTB-SP) afirmou que, apesar da "histeria antinuclear", o Brasil está entrando na última fase de domínio da tecnologia para construção de usinas nucleares, alimentadas por urânio enriquecido, e para abastecer o submarino nuclear que a Marinha construirá no Rio de Janeiro.



Tuma cobra informações sobre armazenamento da torianita

uma usina nuclear de geração de energia elétrica. O senador explicou que essa parte compete ao Laboratório de Geração Núcleo Elétrica da Marinha (Labgene), também localizado na área do centro de Aramar.

A ideia, continuou, é construir um reator com 11 megawatts-equivalentes de potência, energia suficiente para atender a uma cidade de 20 mil habitan-

tes. De acordo com o senador, a tecnologia desenvolvida no Labgene servirá tanto para a geração de energia elétrica destinada aos consumidores em geral quanto para a propulsão do submarino nuclear a ser construído pela Marinha.

**Torianita**

Romeu Tuma apresentou ainda requerimento de informações ao ministro da Ciência e Tecnologia sobre as providências adotadas para o armazenamento seguro de torianita apreendida com garimpeiros às margens do rio Araguari, no Amapá. Trata-se de material que contém urânio, mineral radioativo que pode provocar problemas de saúde nas pessoas. A denúncia foi feita pelo programa *Fantástico*, da TV Globo.

**Imposto para água mineral é questionado**

Senadores e representantes do segmento de água mineral brasileiro defenderam ontem a diminuição da carga tributária incidente sobre o produto, que pode alcançar até 57,43%. E estranharam, a exemplo do senador Neuto de Conto (PMDB-SC), que a água mineral seja tributada como bebida alcoólica ou refrigerante, igualando-se, por exemplo, à cerveja.



Valter Pereira (C) preside audiência pública em reunião conjunta de comissões

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) concordou e defendeu a diminuição em larga escala da carga tributária incidente sobre a água mineral. As afirmações foram feitas durante audiência conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE), re-

querida por Neuto de Conto.

No entanto, o representante da Secretaria da Receita Federal, Jefferson Rodrigues, disse que a água mineral já possui carga tributária diferenciada em relação a alguns produtos. Informou que o PIS/Cofins incidente sobre a água mineral varia de 2% a

6%, contra 9,25% para outros produtos e serviços. O representante do Ministério de Minas e Energia, Carlos Nogueira, informou que o governo quer ajustar a cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) sobre a água mineral.



Minassian (E), Nascimento, Bechara, Flexa Ribeiro, Lobão Filho e Paulo Machado

**Especialistas divergem sobre projeto para TV comunitária**

Especialistas em radiodifusão divergiram ontem, em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), sobre a necessidade de se criar uma lei específica para instituir o serviço de televisão comunitária. Quatro profissionais do setor participaram de debate para instruir projeto de lei (PLS 483/08) de Renato Casagrande (PSB-ES) que institui o serviço de televisão comunitária.

Para o consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara, o projeto é desnecessário, pois o governo

federal já está criando o Canal da Cidadania, que cuidará do assunto. O coordenador-executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), José Luiz Nascimento Sóter, elogiou o projeto original de Casagrande. O ex-presidente da Abert Paulo Machado de Carvalho Neto reclamou do número excessivo de emissoras comunitárias que operam fora da frequência e da potência autorizada. Já o superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, Ara Apkar Minassian, disse que até 2016 todo o sistema será digital.

**João Pedro cobra serviços de telecomunicação na Amazônia**

Em discurso no Plenário, João Pedro (PT-AM) cobrou da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) a universalização do fornecimento de serviços de telecomunicações, especialmente na região amazônica.

Quando a empresa foi privatizada, em 1998, conforme lembrou João Pedro, assumiu o compromisso de ofertar serviços de comunicação em todo o Brasil. Segundo ele, no entanto,

grande parte dos povos amazônicos ainda está isolada.

O senador chamou a atenção para a relevância da superação do isolamento na Amazônia e disse esperar que a Embratel, "como empresa que tem um papel de liderança no Brasil", possa cumprir esse compromisso.

João Pedro defendeu ainda a recuperação da BR-319, rodovia que liga Porto Velho a Manaus.

**MESA DO SENADO FEDERAL**

- Presidente: José Sarney
- 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
- 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
- 1º Secretário: Heráclito Fortes
- 2º Secretário: João Vicente Claudino
- 3º Secretário: Mão Santa
- 4º Secretário: Patrícia Saboya
- Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

**PRESIDÊNCIA DA SESSÃO**

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Paulo Paim • Flávio Torres • Serys Slhessarenko • João Tenório • Romeu Tuma • Mão Santa • Jefferson Praia

**SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

**AGÊNCIA SENADO**

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

**JORNAL DO SENADO**

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



## Aprovada criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta que autoriza o governo a criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Previsto em artigo do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias, da Constituição federal, o banco é um antigo pleito de parlamentares e governadores da região. Sua função será estimular projetos prioritários para o desenvolvimento da região, tendo como principal fonte de recursos as receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, atualmente geridas pelo Banco do Brasil.

O texto aprovado foi o substitutivo preparado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) a projeto (PLS 303/08) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). A matéria recebeu decisão terminativa, mas, antes de seguir para exame na Câmara dos Deputados, deverá passar por segunda votação, norma que se aplica aos textos substitutivos. Senadores de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, unidades da Federação da área de abrangência do futuro banco, comemoraram a decisão.

– O texto que está sendo vota-

do é o resultado do trabalho de todos os senadores do Centro-Oeste – disse Lúcia Vânia, em agradecimento.

Serys registrou que, na elaboração do texto final, foram aproveitadas ideias de projeto anteriormente apresentado pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO) para a criação da agência financeira.

O substitutivo autoriza o Executivo a constituir o banco como empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, com capital exclusivo da União e vinculado ao Ministério da Fazenda. A instituição terá sede em Brasília. Ficará encarregada de promover a concessão de financiamentos de investimento, de capital de giro associado a projetos de investimento, assim como de operações de custeio agropecuário e, excepcionalmente, de outras linhas de crédito.

A proposição define a composição do Conselho de Administração do banco: o presidente do banco e representantes dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Integração Nacional, além do superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

## Lúcia Vânia: agência de fomento é vitória do povo da região

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou em Plenário a aprovação pela CCJ de projeto de sua autoria que autoriza o Poder Executivo a criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. A instituição, informou, é aguardada há mais de 20 anos.

– Quero juntar-me a todos os meus colegas senadores da região Centro-Oeste que participaram intensamente dessas negociações e festejar, dividir essa vitória com o povo goiano, com o povo mato-grossense, com o povo do Distrito Federal, que, sem dúvida nenhuma, serão os grandes beneficiários dos resultados dessa iniciativa – comemorou.

A senadora também parabenizou a cidade goiana de Pirenópolis pelos seus 282 anos de fundação. O município, tombado pelo Instituto do Patrimônio



Projeto do Banco do Centro-Oeste foi apresentado por Lúcia Vânia

Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é um polo turístico importante do estado.

Lúcia Vânia pediu atenção para o projeto (PLC 62/03) que cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia, aprovado pela CCJ. Para a senadora, a proposta vai contribuir com a preservação do Cerrado.

## Proposta transforma bacia do rio Araguaia em área de proteção

A CCJ aprovou ontem projeto que cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Rio-Parque do Araguaia. Como previsto na proposta (PLC 62/03) do ex-deputado Euler Moraes, a nova APA compreenderá a bacia do rio Araguaia nos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará. Os limites geográficos da APA serão definidos na regulamentação da lei. O texto foi relatado pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), com parecer favorável.

O relator informou que recebeu pedido da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para que a votação fosse adiada. Haveria

preocupação com aspectos do texto e abrangência da área inscrita na APA. No entanto, como a CCJ só faria o exame da constitucionalidade da matéria, Marconi propôs que fosse logo examinada nesse colegiado, deixando as questões de mérito para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Pelo projeto, a criação da APA deve ordenar e estimular, na área abrangida, o turismo ecológico, a pesca esportiva, as atividades científicas e culturais, bem como as atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental.

Comissão de Constituição e Justiça aprova proposta que proíbe, por dez anos, a contenção de recursos do Orçamento destinados ao reaparelhamento das três Armas



Senadores na reunião da CCJ: PEC aprovada pretende garantir continuidade de investimentos estratégicos em defesa

## Dinheiro para as Forças Armadas livre de bloqueios

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 53/04) que proíbe, por dez anos, o repasse de recursos orçamentários para o reaparelhamento das Forças Armadas. Articulada pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a matéria veda, pelo mesmo tempo, a formação de reservas de contingência com recursos dos fundos vinculados a essas instituições militares.

Relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), com recomendação pela aprovação, a PEC acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O texto agora irá a exame final em Plenário. Simon recomendou a rejeição da PEC 85/03, que tramitava em conjunto, de iniciativa do senador

Demostenes Torres (DEM-GO). O objetivo dessa matéria era semelhante, mas o texto não definia prazo para a vedação pretendida.

Para Simon, a fixação de prazo evita que a medida seja criticada – ou até mesmo inviabilizada – por “abrir exceção favorecedora”, por tempo indeterminado, em benefício de apenas um segmento de governo.

Ainda pela proposta aprovada, o orçamento anual para as Forças Armadas deverá incluir dotações suficientes para atendimento integral dos cronogramas de desembolso pactuados nos contratos de financiamento externos, inclusive da contrapar-



Pedro Simon

Márcia Kallume

tida nacional. Na justificativa das propostas, tanto Crivella quanto Demostenes destacam que a persistente falta de recursos para investimento colocou o país na situação de sucateamento dos meios militares e

de estagnação da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico nessa área. A consequência seria o enfraquecimento da capacidade militar brasileira. Os dois parlamentares consideram a situação como inadmissível, em vista da importância dessa área para a afirmação da soberania nacional, com reflexos nas relações e negociações internacionais.

## Exame criminológico pode voltar a ser exigido

A exigência do exame criminológico para que o juiz possa decidir se o preso terá direito à progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena não é proposta consensual para participantes de audiência realizada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Projeto de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) em exame pela comissão prevê que a decisão sobre esses casos seja precedida de parecer de uma equipe e, quando necessário, do exame.

Cláudio Soares Lopes, procurador-geral de Justiça do Rio de

Janeiro, e Walter Maierovitch, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, defendem o retorno do exame.

Segundo Lopes, o procedimento é essencial para auxiliar o juiz na decisão de concessão de benefícios, em razão da enorme massa carcerária. Ele disse, entretanto, concordar com a não obrigatoriedade do exame para todos os crimes. Para Maierovitch, o juiz deve ter a liberdade de decisão, dispensando o laudo que considerar mal elaborado.

Já a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Maria Thereza Rocha, contrária ao

exame, propôs – para evitar que a decisão fique apenas a cargo do diretor do estabelecimento penal, como está hoje na Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) – a definição de critérios objetivos do que deve ser considerado “boa conduta” do preso.

A corregedora-geral do Ministério Público Federal e vice-presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Ela Wiecko Castilho, manifestou-se contra o exame, o qual, segundo ela, é extremamente perverso e vinculado à ideia ultrapassada no século 19 de que há pessoas “perigosas por natureza”.

## “Concessão de benefício a preso precisa de mais rigor”

O relator na CCJ da matéria sobre exigência do exame criminológico (PLS 190/07), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), defendeu a iniciativa. Segundo o senador, projeto não restaura o que havia antes na Lei de Execução Penal, mas possibilita ao juiz solicitar o exame criminológico quando necessário.

Valter Pereira (PMDB-MS) e Romeu Tuma (PTB-SP) se disseram a favor da exigência do exame em caso de crimes graves. João Pedro (PT-AM) defendeu uma discussão profunda e ampla sobre a questão da reinserção social. Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que, para alguns presos, a exigência do exame pode violentar a sua cidadania, e que para outros, como sequestradores e pedófilos, a exigência não deveria sequer ser pensada, “por que eles não merecem nenhuma concessão”. Marconi Perillo (PSDB-GO) questionou se a Justiça brasileira não está caminhando para uma “bonança” em relação aos presos. Eduardo Suplicy (PT-SP) também fez questionamentos quanto à eficiência do exame.

## Proposta permite venda de concessão de táxi

As licenças para o serviço de táxi poderão se tornar hereditárias. Projeto nesse sentido, do senador Expedito Júnior (PSDB-RO), foi aprovado ontem pela CCJ. Pela proposta (PLS 253/09), o licenciamento para exploração do serviço de táxi passa a ser um direito pessoal de caráter patrimonial, que pode ser objeto de negócios e integrar a herança de seu titular. Essa autorização, porém, somente poderá ser transmitida a pessoa física ou jurídica que preencha os requisitos exigidos para sua outorga.

Expedito Júnior destacou, na justificativa da proposta, que a comercialização e locação de autorizações para a exploração de serviços de táxi é uma prática enraizada e socialmente aceita, apesar de não estar prevista em lei. O relator, senador Gim Argello (PTB-DF), adotou o substitutivo da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), aprovado em agosto pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).



Senador apresentou projeto para que trabalhadores participantes do fundo recebam dinheiro resultante de aplicações feitas pela Caixa com os recursos depositados

## César Borges: rendimentos do FGTS não cobrem inflação

O SENADOR CÉSAR Borges (PR-BA) registrou, em Plenário, que está na pauta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) um projeto de sua autoria que determina distribuição igualitária dos rendimentos oriundos das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) entre os trabalhadores detentores das contas. O senador comentou matéria publicada pelo jornal *O Globo*, em 27 de setembro, intitulada "FGTS perde até para inflação", que demonstra a defasagem na correção monetária dos recursos do fundo quando comparados com outras aplicações financeiras.



César Borges: medida teria distribuído a cotistas R\$ 2,5 bilhões só em 2008

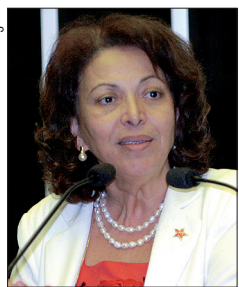
A proposta (PLS 301/08), afirmou César Borges, visa corrigir uma injustiça com os trabalhadores, que aplicam no FGTS de forma compulsória e não obtêm

os rendimentos adequados. Caso a proposta já estivesse em vigor, exemplificou, em 2008 o FGTS teria cerca de R\$ 2,5 bilhões a serem distribuídos entre os trabalhadores vinculados ao fundo.

A Caixa Econômica Federal, gestora dos recursos, explicou o parlamentar, aplica os valores do FGTS em títulos públicos e habitação, entre outras formas de investimentos, cobrando taxas de correção monetária superiores às pagas aos trabalhadores.

– Ninguém está tirando dinheiro do fundo. Só queremos que se remunere mais o cotista – disse César Borges.

## Ideli: uso da terra deve ser critério de produtividade



Ideli Salvatti

O uso da terra deve ser o principal critério na definição dos índices de produtividade rural para efeitos de desapropriação para reforma agrária, defendeu Ideli Salvatti (PT-SC). Projeto (PLS 202/05) aprovado pela Comissão de Agricultura (CRA), e que seguiu para o Plenário, determina que a renda gerada pela propriedade passe a ter peso maior nessa definição. A senadora comentou dados do Censo Agropecuario de 2006, frisando que 85% dos proprietários são agricultores familiares que, mesmo detendo apenas 24,3% da área agricultável, respondem por 38% do valor total da produção no país.

## Antonio Carlos Júnior critica gastos do governo



ACM Júnior

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou o governo federal, que, segundo ele, gasta muito e sem eficiência, organização e planejamento estratégico. Na opinião do senador, grandes volumes de recursos estão sendo mal aplicados e o governo deveria centrar investimentos na infraestrutura. Ele disse que grande parte dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não saiu do papel. O senador afirmou que o governo do estado da Bahia "repete os mesmos vícios" do governo federal em relação aos gastos públicos.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou o governo federal, que, segundo ele, gasta muito e sem eficiência, organização e planejamento estratégico. Na opinião do senador, grandes volumes de recursos estão sendo mal aplicados e o governo

deveria centrar investimentos na infraestrutura. Ele disse que grande parte dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não saiu do papel. O senador afirmou que o governo do estado da Bahia "repete os mesmos vícios" do governo federal em relação aos gastos públicos.

## Debatedores culpam governos por surto de malária no Pará

A alta incidência de malária no arquipélago do Marajó (PA) deve-se à desarticulação de gestão entre os entes estatais, bem como à falta de aplicação dos recursos destinados ao combate à doença. A avaliação foi feita ontem pelo subprocurador-geral da República Eugênio Aragão, durante debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Aragão afirmou que há recursos suficientes para o combate à doença e sugeriu a constituição de um consórcio público municipal, com apoio de gestão técnica e com recursos federais para sanar o problema da malária no Marajó.

O presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Danilo Bastos Forte, defendeu a articulação de programas de combate à malária com outras ações de governo. Em sua avaliação, a intensificação das políticas de saneamento básico é essencial para a erradicação da doença. Também explicou que a demora na liberação de recursos deve-se à falta de projetos executivos compatíveis com as normas técnicas, bem como à indefinição da titularidade das terras, o que impede investimentos.

A secretária de Saúde do estado do Pará, Maria Sílvia Martins Leal, disse que a falta de continuidade dos tratamentos e a utilização dos medicamentos de forma incorreta, bem como o uso de bebidas alcoólicas concomitantemente ao de remédios, podem causar o descontrole da doença. Ela considerou importante erradicar a malária em Anajás, uma vez que a cidade apresenta mais de 42% da incidência dessa doença no Pará.

Edson Barros, prefeito de Anajás, onde o surto de malária atinge praticamente toda a população, admitiu que o problema está na falta de continuidade das ações de combate à doença. Para ele, é necessário investir no combate da larva do mosquito transmissor, na redução da população de mosquitos e no tratamento dos pacientes.

Dom José Luis Azcona Hermoso, bispo prelado do Marajó, deu depoimento sobre o que considera incompetência na gestão dos recursos financeiros e humanos na condução das políticas de combate à doença. O resultado é a "forte politização da saúde" e o prejuízo à população de Anajás.



Forte (E), Edmar Cabral, Augusto Botelho, Azcona, Maria Sílvia Leal e Aragão na CAS

## Parlamentares pedem medidas urgentes para combater doença

A alta incidência de malária no município de Anajás, no arquipélago do Marajó, levou José Nery (PSOL-PA) a cobrar "medidas urgentes e conjuntas" do governo federal. Foi ele quem solicitou a realização da audiência pública da CAS. O parlamentar sugeriu que seja estipulado prazo de três meses para que as medidas mais urgentes tomadas pelos órgãos representados na audiência – Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), governos federal, estadual e municipal – apresentem resultados.

A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), apontou a necessidade de um esforço concentrado de todos os envolvidos, mas ponderou que a governadora do estado, Ana Júlia Carepa (PT), deve ser a condutora do processo, pois o prefeito de Anajás, avalia, não conseguirá resolver o problema sozinho.

Augusto Botelho (PT-RR), que é médico, explicou que as chuvas na região colaboram para dificultar o controle da malária e que a participação da comunidade por meio dos chamados Territórios de Cidadania, programa do governo federal com a participação de diversas

entidades sociais, podem contribuir para melhorar o combate à doença.

O presidente da Funasa, Danilo Bastos Forte, em resposta ao senador César Borges (PR-BA), que perguntou sobre os R\$ 120 milhões destinados à região para aplicação em saúde, reconheceu que somente R\$ 4 milhões haviam sido empenhados e, desse total, apenas R\$ 113,6 mil foram efetivamente liberados.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) advertiu para o sucesso de iniciativas de baixo custo, a exemplo de armadilhas para o mosquito da dengue feitas com garrafas PET, no Ceará.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que, em Rondônia, embora a situação não seja tão grave quanto no Pará, os próprios agentes de saúde estão contaminados, quando não pela malária, pelo próprio DDT, inseticida utilizado no combate ao mosquito.

Marina Silva (PV-AC) assinou que o problema no Acre é histórico e que a designação de uma força-tarefa por parte do Ministério da Saúde é bem-vinda, embora a alta incidência da doença demande uma solução estrutural.



Segundo Serys, prefeitos desejam debater sobre programas federais

## Serys quer aproximar Dilma de prefeitos de MT

A senadora Serys Ilhessarenko (PT-MT) informou ao Plenário ter convidado a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, a participar do encontro da Associação Mato-Grossense de Municípios, nos dias 5 e 6 de novembro. Segundo ela, os prefeitos da região querem discutir sobre a implantação de programas do governo federal voltados para os municípios.

Serys relatou encontro com a ministra e um grupo de congressistas em que foram debatidas iniciativas do governo Lula, como os programas Minha Casa, Minha Vida e Luz Para Todos. Este último, por exemplo, já teve 82% de sua programação concluída no estado, salientou a senadora.

## Para João Tenório, ajuda a prefeituras é insuficiente

João Tenório (PSDB-AL) afirmou ontem que a aprovação do projeto (PLN 62/09) que injeta R\$ 1 bilhão nos municípios não é suficiente para atenuar as dificuldades financeiras enfrentadas pela maioria deles, especialmente os do Nordeste, que têm dependência maior dos recursos da União.

Na média, 66% do orçamento de uma cidade nordestina vem da União, índice que cai a 31% nos municípios do Sudeste.

– Há décadas os governos prometem reduzir as desigualdades regionais, mas muito pouco foi feito. Prova disso é a evolução de praticamente todos os índices socioeconômicos nordestinos em comparação às demais regiões – afirmou.



João Tenório: dependência maior da União agrava situação no Nordeste



Azeredo lembra que programa foi lançado "com muita pompa"

## Azeredo critica atraso nas obras do PAC desde 2007

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou ontem o atraso das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O senador lembrou que o programa foi lançado em 2007 "com muita pompa" pelo Poder Executivo, e com grande expectativa de que faria a infraestrutura brasileira se desenvolver.

Azeredo lembrou que, quando o PAC foi criado, o orçamento para o programa era de R\$ 16,5 bilhões, mas só foram pagos R\$ 12 bilhões desse total. Em 2008, segundo ele, dos R\$ 19 bilhões previstos, somente foram pagos R\$ 9,6 bilhões e, em 2009, até o mês passado, para um orçamento anunciado de R\$ 21,8 bilhões, só haviam sido liberados R\$ 2,2 bilhões.